



Webinar do Siquirj com o economista Guilherme Mercês sobre Cenário Econômico

Siquirj realiza webinar com o economista e ex-Secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Guilherme Mercês

No último dia 14 de julho, quinta-feira, o Siquirj realizou uma webinar com a presença do economista, ex-Secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro e atual CEO da Consultoria Future Tank, Guilherme Mercês, ao lado do presidente do Siquirj, Isaac Plachta, que coordenou o evento.

Na ocasião, Mercês salientou o delicado momento vivido pelo mundo todo: *"Estamos convivendo com um período de crise: primeiro a pandemia, agora a guerra. Ainda enfrentaremos uma década bastante conturbada, com subidas e descidas da economia e as empresas que conseguirem superar este momento serão aquelas que conseguirem fazer um planejamento de curto prazo para lidar com essas oscilações, bem como, um Planejamento Estratégico focado nas rupturas tecnológicas que vem surgindo."*

Guilherme afirma que a previsão de anos difíceis pela próxima década é resultado, não apenas do conflito da Rússia com a Ucrânia, mas também da ameaça de estagnação da Europa e Estados Unidos, além das tensões na Ásia e um persistente cenário pandêmico na China, que já prevê uma retração na economia. O quadro geral é um movimento de desglobalização, em meio a um cenário de altos preços do óleo e gás no mundo todo.

Especificamente sobre o Rio de Janeiro, menciona que o momento é de aproveitar as oportunidades, sobretudo com relação ao uso do gás natural, focado em reduzir dependências externas de importação, como é o caso dos fertilizantes, enquanto outros estados estão em um período de declínio da oferta de gás, como aquele vindo pelo sistema GasBol e também do gasoduto Rota 1, que chega em São Paulo, vindo do pré-Sal.

Por fim, apesar do ar de pessimismo, Mercês afirma que, independentemente de quem vencer as próximas eleições, 2023 será um ano de oportunidades: *"O momento atual é comparável com os anos de 2002/2003, onde, mesmo após uma crise da Ásia em*

1997, na Rússia em 1998 e na Argentina em 2001, onde a inflação e os juros batiam mais de 20%, o Brasil teve o maior crescimento e acúmulo de reservas da história. Por um motivo econômico simples, os preços relativos ficaram muito bons para o Brasil. Porque aquilo que o Brasil tem muito estava muito alto, energia e alimento. O choque mundial é muito favorável ao país, se soubermos arrumar a casa."

Mercosul decide reduzir em 10% as alíquotas da Tarifa Externa Comum

Em reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada no dia 20 de julho, o Mercosul acordou reduzir em 10% as alíquotas da Tarifa Externa Comum, para 80% do universo tarifário, aproximando os níveis tarifários praticados pelo Brasil e demais sócios do bloco da média praticada internacionalmente, sobretudo pelos países membros da OCDE. Serão resguardadas as exceções já existentes no bloco – têxteis, calçados, brinquedos, lácteos e parte do setor automotivo.

Esta é a primeira revisão horizontal da estrutura tarifária do bloco desde que a TEC foi estabelecida em 1995 e, segundo o governo, trata-se de um passo importante para aumentar a competitividade dos países do bloco e para o fortalecimento dos processos produtivos regionais, de maneira a promover uma inserção benéfica da produção do Mercosul nas cadeias globais de valor.

No dia seguinte ao acordo, reunidos na cidade de Assunção, Paraguai, no âmbito da LX Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados, os governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e do Estado Plurinacional da Bolívia avaliaram o estado atual do processo de integração regional, renovaram o compromisso do MERCOSUL com o fortalecimento da democracia, o estado de direito e o respeito aos direitos humanos, e ressaltaram a importância da agenda social e cultural do bloco na geração de cenários que beneficiem cidadãos e cidadãs, entre outras colocações e providências pertinentes à inserção econômica internacional do bloco.

Fonte: Abiquim

SIQUIRJ INFORMA

Nº 244

Jul/2022

Editorial

Temos observado economistas e jornais destacando o pós-pandemia e pós-guerra como pivôs de um forte processo de desglobalização. Este fato, além de ligar um "sinal vermelho" para a nossa dependência externa de importações, sobretudo em setores de importância primordial, como o agronegócio, saúde e saneamento, também demonstra potenciais oportunidades de reindustrialização para o Brasil.

Há décadas não existe no país uma estratégia de desenvolvimento econômico e políticas públicas que sejam, de fato, voltadas para o crescimento da indústria e, com isso, o setor vem enfrentando desafios cada vez maiores que o impediram de se inserir devidamente na cadeia global de valor, como taxas de juros astronômicas, um sistema tributário deficitário, altos custos de energia e de matéria-prima, entre outros fatores que afetam negativamente a competitividade do mercado nacional em relação aos *players* internacionais.

O *timing* de deslançar o setor industrial sempre foi perdido, a cada novo governo incapaz de emplacar uma política industrial, mesmo em épocas de relativa bonança na economia nacional, fazendo esta reindustrialização soar ainda mais improvável, conforme o restante do mundo parecia galgar uma distância inalcançável em questões competitivas.

Contudo, em um cenário atual de fortes tensões internacionais, onde as megas relações globais se tornam fragilizadas e incertas, abre-se um espaço para atentarmos às nossas potencialidades internas, a fim de construir um processo de reindustrialização alinhado com as demandas do futuro que nos garantam essa importante possibilidade de inserção na cadeia de valor global.

É evidente, entretanto, que para aproveitarmos este momento ímpar, é necessário que não apenas o novo governo, a partir de 2023, mas também empresas, se planejem a curto e longo prazo para atender às demandas desta retomada. Caso contrário, não sabemos quando haverá outro "alinhamento de astros" que possa nos salvar

Falta ou alto custo de insumos afeta 22 de 25 setores industriais analisados.

A indústria de transformação registra, há oito trimestres seguidos, a falta ou o alto custo de insumos e matérias-primas como principal problema. Entre abril e junho deste ano, o cenário se repetiu e voltou a interferir na produção de 22 de 25 setores industriais pesquisados pela CNI, de acordo com a Nota Econômica 23, documento que explora os principais problemas enfrentados pela indústria, com o desdobramento setorial

No segundo trimestre deste ano, 71,7% das indústrias no setor de Impressão e Reprodução alegaram que a dificuldade com insumos foi o principal problema. No setor de Produtos de Limpeza, Perfumaria e Higiene Pessoal, 70% colocaram a falta ou o alto custo dos insumos em primeiro lugar na lista. Essa dificuldade prejudicou 69,8% das indústrias de Veículos automotores, 68,3% dos Calçados e suas partes, 66% das indústrias de Bebidas, 63,3% de Produtos de borracha e 62,5% dos Farmoquímicos e farmacêuticos.

A economista da CNI Paula Verlangeiro explica que, aproximadamente, metade da produção industrial é consumida como insumo pela própria indústria, assim, a falta ou alto custo de insumos se dissemina por toda a cadeia de produção, seja com aumento de preços ou redução da produção, até chegar ao consumidor.

As causas são, explica Paula Verlangeiro, a crise provocada pela pandemia do Covid-19, a guerra entre Rússia e Ucrânia e os severos lockdowns na China. Os dois últimos fatores atrasaram a normalização das cadeias de insumos globais, que ainda não haviam se recuperado totalmente dos choques causados pela pandemia. Assim, além dificultarem a recuperação da produção industrial, também contribuíram para pressionar mais os preços e aumentar a inflação global. A expectativa, segundo pesquisa da CNI com empresários, é de normalização apenas em 2023.

Na comparação entre o primeiro e o segundo trimestre de 2022, os setores que registraram maiores altas na preocupação com a falta ou alto preço da matéria-prima foram: Madeira (8 p.p.), Farmoquímicos e farmacêuticos (7,5 p.p.), Têxteis (6,0 p.p.) e Calçados e suas partes (5,8 p.p.). Para esses setores, há maior dificuldade no rearranjo dos insumos.

No cenário de inflação elevada, o principal remédio do Bando Central é elevar a taxa básica de juros, Selic, com impacto em todas as taxas de juros do país, como as cobradas nos empréstimos, nos financiamentos e em aplicações financeiras. Em menos de um ano e meio, a Selic passou de 2,00% para 13,25%, alta considerada excessiva pelo setor industrial, que pode provocar efeitos negativos sobre a produção, o consumo e o emprego.

Esse aumento explica o porquê de a preocupação com a taxa de juros estar ganhando relevância há cinco trimestres e voltar ao topo dos problemas depois de mais de seis anos sendo pouco assinalada pelos empresários industriais: 16 dos 25 setores industriais situam os juros entre os cinco principais problemas enfrentados.

Fonte: Agência de Notícias CNI

Déficit de US\$ 29,7 bi é recorde para o semestre, puxado por forte alta 53,8% de importações

As importações brasileiras de produtos químicos no primeiro semestre do ano totalizaram US\$ 38,5 bilhões, aumento de expressivos 53,9% em relação ao igual período do ano passado e superando em US\$ 13,5 bilhões o maior valor registrado para igual período, de US 25 bilhões, entre janeiro e junho de 2021. Em uma avaliação mensal, o total importado tem sido seguidamente superado, atingindo, no mês de junho de 2022, o montante inédito de praticamente US\$ 8 bilhões para um único mês.

Em termos de quantidades adquiridas, as movimentações de produtos químicos foram recorde com as importações de 28,5 milhões de toneladas, aumento de 7,6% em relação ao primeiro semestre de 2021 apesar dos desafios logísticos, no contexto dos bloqueios sanitários aplicados em importantes praças asiáticas no combate contra o recrudescimento da pandemia, e de suprimento internacional com o prolongamento por todo o semestre da guerra da Rússia contra a Ucrânia.

As exportações brasileiras de produtos químicos, por sua vez, somaram US\$ 8,8 bilhões no semestre, elevação de 36,4% em relação ao ano anterior. Tal resultado é devido ao aumento de 40% nos preços de vendas pelo Brasil, pois, em termos de quantidades físicas foi registrado, contudo, um recuo de 2,6%.

O déficit acumulado da balança comercial de produtos químicos atingiu o recorde de US\$ 29,7 bilhões para primeiros semestres, um expressivo aumento de 60% comparado com o mesmo período de 2021, resultado superior a grande parte dos déficits anuais nos últimos 30 anos. Nos últimos 12 meses esse indicador totalizou US\$ 57,3 bilhões, sinalizando que o déficit em 2022 deverá ser o maior em toda a série histórica do monitoramento da balança.

Para a Diretora de Assuntos de Comércio Exterior e Administrativa da Abiquim, Denise Naranjo, os resultados são emblemáticos e demonstram como a elevada dependência externa brasileira em produtos estratégicos, que poderiam ser fabricados no Brasil em condições de competitividade mais favoráveis, ameaça o desenvolvimento sustentável do País. “O primeiro semestre de 2022, marcado pela turbulência na oferta global de logística e de insumos e de matérias-primas por razões da Guerra da Rússia contra a Ucrânia e do combate contra nova fase da pandemia da COVID19, nos traz o urgente alerta de que é inaceitável a atual dependência externa em produtos estratégicos para um país da relevância global do Brasil. Somente com uma Política Industrial robusta que, no curto prazo dê garantias operacionais como a extensão do Regime Especial da Indústria Química – REIQ, no médio prazo equilibre os desafios de infraestrutura e logística e no longo prazo resolva as assimetrias de competitividade entre o Brasil e outros players globais é que se viabilizará um cenário favorável à atração de novos investimentos que alavanquem o desenvolvimento sustentável da economia”, destaca Denise.

Fonte: Abiquim

Siquirj fecha Convenção Coletiva com o Sindicato Profissional, Traquimfar, para o período 2022-2023

No último dia 26 de julho, terça-feira, em reunião entre o Siquirj e o Traquimfar, Sindicato Profissional dos Trabalhadores Químicos e Farmacêuticos, foi assinada a Convenção Coletiva de Trabalho para o período de 2022/2023, com abrangência dos municípios do Rio de Janeiro, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias. A data-base é 1º de junho.

O processo de negociações se iniciou com a entrega da Pauta de Reivindicações, por parte dos trabalhadores, no início de junho. Ao todo foram duas reuniões de Assembleia Geral Extraordinária e dois encontros com o Traquimfar para a assinatura desta Convenção. Durante todo o processo, o tema foi amplamente debatido em nossas reuniões de AGE, resultando em deliberações democraticamente definidas, as quais foram devidamente debatidas entre as partes até o consenso que resultou na CCT firmada.

O resultado das negociações pode ser observado, na íntegra, em nosso website. Para tal, acesse www.siquirj.com.br. Na página inicial, à direita, clique na imagem contendo o texto «Convenção Coletiva». Lá poderão encontrar as últimas cinco Convenções Coletivas de Trabalho firmadas entre o Siquirj e o Traquimfar.

Em caso de dúvidas, nos contate através de e-mail, telefone ou WhatsApp.

Siquirj

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2020/2024

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)
Nicolau Pires Lages (Secretário)
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

Suplentes

Wagner Luiz Rodrigues de Sá
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Roberto Pinho Dias Garcia

Conselho Fiscal

Efetivos
Ciro Alves
Angelo José Brazil Ferreira
Alexandre Fagundes de Mattos

Suplentes

Larissa Arias
Jorge Luiz Cruz Monteiro
Rodrigo Simion Hunger

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Carlos Mariani Bittencourt

Suplentes

Isaac Plachta
Roberto Pinho Dias Garcia